

PORTO & MAR

Justiça fará audiência sobre dragagem hoje

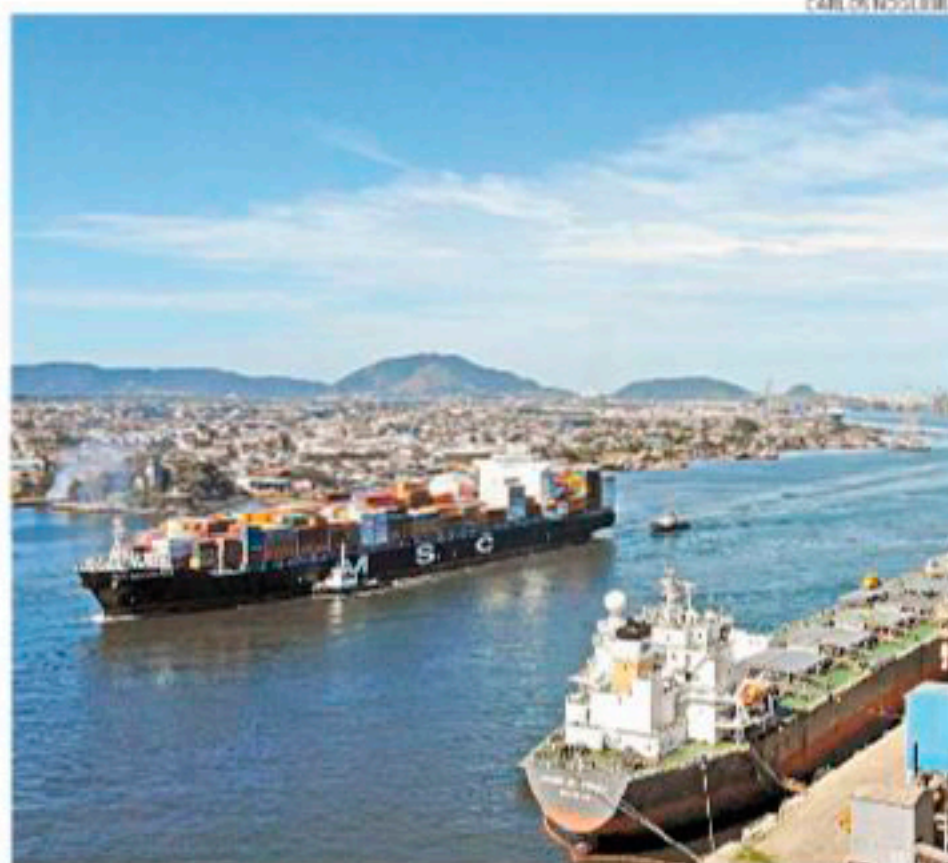
Contrato do serviço firmado pela Autoridade Portuária com DTA segue suspenso

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A juíza Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, da 4ª Vara Federal de Santos, solicitou novas informações sobre a licitação da dragagem do Porto de Santos. Os dados servirão para subsidiar as discussões na audiência marcada para hoje sobre o assunto. O contrato do serviço segue suspenso por determinação da magistrada.

A dragagem do Porto foi parar na Justiça quando a Van Oord Operações Marítimas, derrotada na licitação realizada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Autoridade Portuária), entrou com um mandado de segurança. A empresa holandesa não concordou com a ha-



Hoje, a dragagem do canal é feita pela Van Oord, em contrato com o Dnit

bilitação da DTA Engenharia e aponta que a vencedora não tem capacidade técnica para a realização do serviço no cais santista.

A Justiça aceitou o pedido da Van Oord e, em janeiro, suspendeu o contrato, assinado entre a Docas e a DTA no valor de R\$ 274 milhões. Agora, a juíza quer saber quais foram as decisões administrativas da Docas que julgaram improcedente o re-

curso da Van Oord.

As análises técnicas e jurídica que embasaram a decisão de negar o recurso também foram solicitadas pela Justiça, assim como as contrarrazões apresentadas pela DTA Engenharia. Os dados foram apresentados pela Autoridade Portuária no prazo estabelecido, que foi de 24 horas.

Atualmente, a dragagem do Porto é realizada pela

Van Oord por meio de um contrato firmado com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

AUDIÊNCIA

Será realizada hoje a audiência judicial que vai discutir o contrato de dragagem do Porto de Santos. Ela foi agendada pela juíza Alessandra Aranha. Segundo a magistrada, o interesse público e a relevância das questões debatidas justificam a sessão.

Procurada, a Autoridade Portuária informou que "estará representada na audiência judicial por uma equipe de especialistas". Já a DTA Engenharia informou que a empresa "confia e colabora com a Justiça, esperando que a verdade seja restabelecida nessa audiência saneadora, para que o seu contrato com a Codesp produza os seus efeitos, na legítima preservação do interesse público".

Representante da Van Oord foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos da Reportagem até o fechamento desta edição.